



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

ESTADO DE MINAS GERAIS

Procuradoria do Legislativo

PARECER Nº 186/2025



Veto Total ao Projeto de Lei nº 082/2025

Veto Total apostado pelo Executivo Municipal ao Projeto de Lei acima epigrafado, de autoria dos Vereadores Erivelton Martins Jayme da Silva e Regina da Silva Costa, que ***Dispõe sobre a afixação de cartazes de divulgação da Lei Federal nº 12.845, de 1º de agosto de 2013 - "Lei do Minuto Seguinte" no Município de Conselheiro Lafaiete e dá outras providências.***

O Veto Total apostado ao Projeto de Lei mencionado encontra-se às fls. 02 a 03.

É o relatório.

PARECER

Consta das razões do Veto que o PL 082/2025 determina ao Poder Executivo a instauração de processo administrativo para aplicação de penalidade às instituições que não cumprirem o determinado no mesmo, e que em que pese a nobre intenção do legislador em difundir a Lei do Minuto Seguinte, não se pode admitir a imposição por lei municipal de obrigação de instalação de placas/cartazes nos estabelecimentos sem que haja qualquer justificativa ou estudo para tanto, mormente quando o Ordenamento Jurídico assegura a livre iniciativa e a propriedade privada como valores a serem observados.

Ainda segundo as razões que acompanham o Veto Total apostado ao Projeto de Lei nº 082/2025, consta que *"Analisando o art. 1º do presente Projeto de Lei, de iniciativa parlamentar, aqui combatido, pode-se perceber que há relativização do direito de propriedade e da livre iniciativa ao exigir por meio de lei municipal a afixação de cartazes pelas instituições de saúdes públicas e privadas do Município."*

O Poder Executivo, em suas razões de Veto, também considerou que *"A proposição legislativa contida no art. 1º interfere na propriedade privada e no direito à livre iniciativa, de modo que a justificativa do PL não trouxe nenhum*



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

ESTADO DE MINAS GERAIS

Procuradoria do Legislativo



dado/estudo/parecer de que o incremento desta ação é contumaz na produção do efeito que se pretende com o projeto de lei."

E ainda: "O ponto crítico do art. 2º é determinar que o Município de Conselheiro Lafaiete notifique os seus próprios órgãos e as instituições de saúde privada para que cumpram o determinado em lei, criando assim um procedimento administrativo punitivo indireto dentro da própria Administração Pública. Ademais, o art. 2º se manteve omissso ao não prever as consequências do descumprimento do prazo para a afixação dos cartazes, ficando silente quanto à continuidade do sistema de punição e descumprimento. Registra-se que o Poder Legislativo criou atribuição, competências para órgão/secretaria, invadindo área privativa do Gestor do Poder Executivo, logo padecendo de inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa."

Em síntese, são as razões do Veto Total.

Pois bem, quando da análise, por esta Procuradoria, do Projeto de Lei nº 082/2025, assim nos manifestamos:

"Em caráter preliminar, cumpre anotar que a propositura acaba por obrigar os estabelecimentos privados a afixarem placas informativas em suas dependências. Assim, temos que proposições que obrigam particulares a afixarem placas informativas em estabelecimentos privados têm sua aplicabilidade condicionada ao atendimento dos princípios constitucionais da proporcionalidade e da razoabilidade, sob pena de afronta ao princípio da livre iniciativa insculpido no caput do art. 170 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

(.....)

Além disso, é importante que se perceba que o uso excessivo de cartazes como mecanismo de divulgação de informações relevantes traz consequência diametralmente oposta à que se visa atingir. Isso porque um cartaz só atende à sua finalidade se não houver vários outros próximos afixados. O excesso de cartazes enseja uma poluição visual e não o fornecimento de uma informação adequada aos cidadãos.

Por fim, no tocante às instituições de saúde pública do Município, segundo o princípio da separação dos poderes, é dever do Poder Executivo adotar políticas públicas cabíveis."



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

ESTADO DE MINAS GERAIS

Procuradoria do Legislativo



Ante o exposto, o Veto Total ao Projeto de Lei nº 082/2025 se afigura revestido das condições de legalidade e constitucionalidade.

Relativamente ao quesito mérito, pronunciar-se-á o soberano Plenário.

CONCLUSÃO

Deve ser ouvida a Comissão de Legislação, Justiça e Redação, nos termos do disposto no art. 316, I, do Regimento Interno.

QUORUM

Para rejeição do Veto: maioria absoluta dos Vereadores (art. 319 do Regimento Interno).

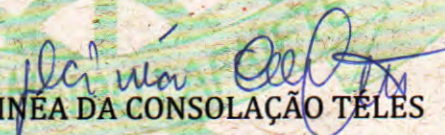
TURNOS DE VOTAÇÃO

O Veto deverá ser submetido a turno único de discussão e votação (art. 315, do Regimento Interno).

S.m.j., é o Parecer, sob censura.

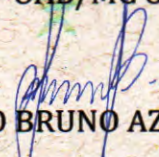
3

CONSELHEIRO LAFAIETE, 19 DE NOVEMBRO DE 2025.


GILCINEIA DA CONSOLAÇÃO TELES

- Procuradora do Legislativo -

- OAB/MG 81.681 -


LEONARDO BRUNO AZEVEDO OLIVEIRA

- Analista Jurídico -

GCT/



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete


ESTADO DE MINAS GERAIS

Comunicado nº 250/2025

Comunicamos aos membros da Comissão de Legislação e Justiça, Vereadores Maria da Conceição Aparecida Toledo Soares de Almeida, Arlindo Rezende Fonseca e Simone do Carmo Silva, que o Veto abaixo relacionado já se encontra à disposição da Comissão para parecer, e que o prazo regimental para o mesmo é de 10 (dez) dias, improrrogáveis, conforme dispõe o parágrafo único do art. 316 do Regimento Interno.

Comunicamos também que o Veto relacionado já foi previamente analisado pela Procuradoria do Legislativo.

Nº	Assunto	Autor
-	Veto Total ao Projeto de Lei nº 082/2025.	Vereadores Erivelton Martins Jayme da Silva e Regina da Silva Costa


Gilcinés da Conceição Teles
Procuradora do Legislativo
OAB/MG 81.681